



UNIVERSIDADE FEDERAL DO DELTA DO PARNAÍBA-UFDPAr  
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO-CMRV  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

MARINA DE CASTRO SANTOS  
VANESSA MIRANDA DOS SANTOS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO.**

PARNAÍBA-PI

2022

MARINA DE CASTRO SANTOS  
VANESSA MIRANDA DOS SANTOS

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA REDE  
MUNICIPAL DE ENSINO.**

Trabalho apresentado ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia, sob a orientação da Professora Doutora Gilvana Pessoa de Oliveira.

PARNAÍBA-PI  
2022

FICHA CATALOGRÁFICA  
Universidade Federal do Delta do Parnaíba  
Biblioteca Central Prof. Cândido Athayde

S237p Santos, Marina de Castro  
Práticas pedagógicas e as relações étnico-raciais na rede municipal de ensino  
[recurso eletrônico] / Marina de Castro Santos, Vanessa Miranda dos Santos –  
2022

1 Arquivo em PDF.

TCC (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Delta do  
Parnaíba, 2022.

Orientação: Prof.ª Dr.ª Gilvana Pessoa de Oliveira

1. Práticas Pedagógicas. 2. Étnico-racial. 3. Educação Infantil. I. Santos,  
Vanessa Miranda dos. II. Título.

CDD: 305.8

**DEDICO A QUEM ME ACOMPANHOU DURANTE TODA A VIDA, E NÃO  
SÓ NESSA JORNADA.**

*Aos meus pais, Josélia e Júnior, ao meu irmão Guilherme e minhas sobrinhas  
Isadora e Lívia.*

Fonte de amorosidade, sabedoria, simplicidade e pelo exemplo de vida, foi através de vocês o meu maior aprendizado. Eternamente grata por tudo que já fizeram, fazem e ainda farão por mim, meu amor por vocês é imensurável.

*Ao Hiram,*

Por tanto apoio, incentivo e ajuda quando tudo parecia muito difícil. Um olhar sempre atento seguido de cuidado, carinho e amor. Amo você.

*Aos meus amigos,*

Que sempre me deram forças, entenderem a minha ausência e por acreditarem que eu podia, quando nem eu mais acreditava.

**AGRADEÇO A QUEM DURANTE ESSE TRABALHO SE MOSTROU SEMPRE  
PRESENTE.**

*Agradeço a orientadora Gilvana Pessoa,*

Por ter sido guia durante todo esse trabalho, por ter abraçado o tema e nos proporcionado mais aprendizado.

*Agradeço aos sujeitos da pesquisa,*

Por disponibilizarem minutos do seu tempo, para responder os questionários.

*E principalmente a DEUS, pois sem ele, nada aconteceria.*

Com amor,

Marina de Castro Santos

**DEDICO A MINHA FAMÍLIA, A QUEM DEVO MINHA FORMAÇÃO COMO PESSOA, ONDE DESDE SEMPRE O AMOR E RESPEITO FOI A BASE DE TUDO.**

*Agradeço,*

Primeiramente, a Deus, pela sabedoria e presença constante sendo sempre a minha maior fortaleza para superar os desafios vencidos até aqui.

Aos meus pais, Alberto e Auzilene, pela educação, incentivo, e por me proporcionarem viver em um seio familiar onde acreditam e fortificam meus sonhos. Amo vocês.

À minha irmã, pelos momentos de descontração, por ser meu apoio em outras atividades durante os dias corridos na Universidade e por vibrar comigo cada conquista acadêmica e na vida.

Ao meu namorado, Jefferson, pelo companheirismo, apoio constante, e por todo esforço feito para me ajudar durante esse processo. Você foi peça fundamental para a minha formação.

Aos meus amigos da UFDPAr, por crescermos juntos, pela diversão e aprendizados compartilhados. Principalmente a minha companheira e dupla desse TCC, Marina, que desde o início esteve junto comigo, sendo exemplo de garra e determinação.

À Professora Orientadora, Gilvana Pessoa, por todo empenho durante a construção desse trabalho. E a todos os professores que colaboraram com a minha formação, não só acadêmica, mas que contribuíram de alguma forma para a minha evolução como ser humano.

E também a todos que colaboraram para que essa pesquisa acontecesse.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que eu chegasse até aqui. Muito obrigada!

**Com amor, Vanessa Miranda dos Santos.**

“Ninguém nasce odiando outra pessoa por sua cor da pele, sua origem ou sua religião. As pessoas podem aprender a odiar e, se podem aprender a odiar, pode-se ensiná-las a aprender a amar. O amor chega mais naturalmente ao coração humano que o contrário.”

Nelson Mandela

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso – TCC discute práticas pedagógicas e as relações étnico-raciais na rede municipal de ensino. A pesquisa objetiva analisar as práticas pedagógicas que promovam a inclusão da criança negra no ambiente escolar, mapear as práticas docentes étnico-racial na rede municipal em Parnaíba-Pi bem como identificar os recursos pedagógicos utilizados pelos docentes para promover a valorização da diversidade. A criança passa por diversas fases de descobertas e conhecimentos, e diante do contexto histórico percebe-se um alto índice de preconceitos, e a Educação Infantil, além de educar tem como base o cuidado e a acolhida desenvolvendo capacidades físicas, sociais e psicológicas o que evidencia o papel da escola no processo de desenvolvimento infantil, e o professor se torna um mediador, portanto afirmamos que é necessário um maior compromisso com a proposta de educação étnico-racial, na escola e na formação docente. Para desenvolver esse estudo utilizamos como metodologia a pesquisa quali-quantitativa de cunho descritiva, questionários semiestruturados aplicados a professoras da Educação Infantil de uma escola pública de Parnaíba. A pesquisa busca amparar as discussões em estudos realizados por: Cavalleiro (2000); Gomes (2003); Veiga (2009); dentre outros.

Palavras-chave: Práticas pedagógicas; étnico-racial; Educação Infantil.

## ABSTRACT

His paper discusses pedagogical practices and ethnic-racial relations in the municipal school system. The research aims to analyze the pedagogical practices that promote the inclusion of black children at school, to verify the ethnic-racial teaching practices in municipal schools in Parnaíba-PI, as well as identify the pedagogical resources used by teachers to promote the development of diversity. Children go through several discovery and learning stages, and given the historical context, it is notice a high rate of prejudice, and Early Childhood Education, in addition to educating, is based on care and acceptance, developing physical, social and psychological capacities, which highlights the role of the school in the child development process, and the teacher becomes a mediator. We used the qualitative-quantitative research methodology to conduct this paper, semi-structured questionnaires applied to teachers of Early Childhood Education in a public school in Parnaíba. The research aims to support the discussions in studies carried out by: Cavalleiro (2000); Gomes (2003); Veiga (2009); among others.

**Keywords:** Pedagogical practices; ethnic-racial; Child education.



## SUMÁRIO

<b>1.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2.</b>	<b>EDUCAÇÃO INFANTIL E QUESTÃO ÉTNICO RACIAL: BASE LEGAL E ORIENTAÇÕES CURRICULARES.....</b>	<b>11</b>
2.1	QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS: REFERÊNCIA LEGAIS VIGENTES.....	11
2.2	EDUCAÇÃO INFANTIL: REFERÊNCIAS LEGAIS E CURRICULARES.....	15
<b>3.</b>	<b>DESIGUALDADE RACIAL E O PAPEL DA ESCOLA.....</b>	<b>19</b>
3.1	PRÁTICA PEDAGÓGICA E A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	24
<b>4.</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>28</b>
4.1	TIPO DE PESQUISA.....	28
4.2	INSTRUMENTO PARA COLETA DE DADOS.....	29
4.3	ANÁLISE DOS DADOS.....	30
<b>4.3.1</b>	<b>Questionário.....</b>	<b>30</b>
<b>5.</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>40</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>
	<b>APÊNDICE .....</b>	<b>47</b>

## 1. INTRODUÇÃO

“A educação é um ato permanente, dizia Paulo Freire, (...) é um instrumento para a construção de uma sociedade anti-racista, que privilegia o ambiente escolar como um espaço fundamental no combate ao racismo e à discriminação racial”. Ricardo Henriques

Logo ao nascer, as crianças aprendem a socializar através do meio em que vivem. Constroem relações, aprendem normas, culturas e vão elaborando conceitos sobre si mesma e o outro, no processo de construção da identidade do indivíduo. Junto com a família, a escola tem seu papel na socialização das crianças, é lá que as relações se tornam ainda maiores pela diversidade dos diferentes grupos e suas expressões: hábitos, linguagens, condutas e valores, tudo junto em um espaço.

Família e escola são as principais fontes de informações no processo de socialização, alternando espaço privado e público e por meio delas a criança aprende e preserva os padrões pré-estabelecidos pela sociedade. O preparo da escola é imprescindível para contribuir de forma positiva para a inclusão das crianças, promovendo sua plena participação e considerando o comportamento, as falas, o convívio daqueles que estão ligados de forma direta a elas, pois a relação do olhar do outro sobre ela afeta de forma significativa esse processo.

No entanto, a sociedade brasileira foi marcada por sistema escravista e a desvalorização da pessoa negra toma forma diante de um contexto sócio-histórico marcado pelo, racismo, negação ou falta de direitos à população negra. A educação formal só era acessível àquelas que provassem serem livres e ainda assim permaneciam excluídos do processo de escolarização por diversos motivos. A sociedade ainda não consegue apagar as marcas históricas produzidas e que a estruturam, formam e constroem identidades e subjetividades individuais e coletivas. Parte da sociedade propende a introjetar a visão dominante de mundo branco, visto como superior. “Consequentemente tendem a desvalorizar a cultura negro e/ou internalizar crenças e estereótipos negativos” (FERREIRA, 2002, p. 75).

Diante do contexto histórico percebe-se um alto índice de preconceitos e a escola não vive isolada dos tensionamentos promovidos pelas relações desiguais que permeiam nossa sociedade, por isso se torna tão importante seu papel de contribuir com a erradicação de toda e qualquer forma de discriminação. A criança passa por diversas fases de descobertas e conhecimentos, e a Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, precisa posicionar-se como espaço de formação e garantia de direitos. Iniciando seu percurso educativo,

a criança já enfrenta uma sociedade muitas vezes incapaz de representá-la positivamente ou a reconhecendo como parte dela.

A escolha do tema desse trabalho, inicia em nossas observações do Estágio Supervisionado, em um momento de atividade em que uma criança negra diz “não gostar da sua cor de pele e de seu cabelo”, isso nos inquietou, despertando o interesse em realizar esta pesquisa sobre processos inclusivos e as práticas docentes. Dessa forma, neste trabalho, voltamos nosso olhar para a atuação do professor e as questões étnico raciais, entendendo sua relevância por vivermos em um país tomado por densas camadas de preconceito. Nesse estudo, não abordamos a presença da criança indígena, mesmo reconhecendo a importância da temática, fazendo um recorte sobre a condição da criança negra. Ciente que a escola tem papel fundamental na formação do ser humano, refletimos que não devemos perpetuar essas ações discriminatórias. Tomadas pelas reflexões: como se dá esse processo? A criança é representada na escola onde frequenta? Quais são as práticas pedagógicas adotadas pelos professores para trabalhar essa valorização da diversidade racial? As frequentes situações de discriminação noticiadas e os estudos sobre as questões étnicos raciais nos apresenta uma série de situações de negação de direitos.

Diante desse cenário, vendo a necessidade de compreender como tem se desenvolvido esse processo na Educação Infantil, a pesquisa tem, como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas que promovam a inclusão da criança negra no ambiente escolar, e a partir deste objetivo geral, e mapear as práticas docentes sobre as questões étnico-raciais de uma escola de Educação Infantil da rede municipal de Parnaíba-pi, e identificar os recursos pedagógicos utilizados pelos docentes para promover a diversidade. Para desenvolver esse estudo utilizamos como metodologia a pesquisa quali-quantitativa de cunho descritiva, questionários semiestruturados aplicados a professoras da Educação Infantil de uma escola pública de Parnaíba. A pesquisa busca amparar as discussões em estudos realizados por: Cavalleiro (2000); Gomes (2003); Veiga (2009); dentre outros, refletindo sobre a prática e a teoria.

## **2 EDUCAÇÃO INFANTIL E QUESTÃO ÉTNICO RACIAL: BASE LEGAL E ORIENTAÇÕES CURRICULARES**

“A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

Lei 9394/96

A escola tem o papel de formar cidadãos capazes de refletir e agir sobre as diversas questões que os rodeiam. Dessa forma, para que os educandos deixem de ser apenas espectadores do cotidiano é preciso que a comunidade escolar oportunize ao educando exercer sua autonomia, responsabilidade, direitos e deveres. Pode-se considerar que a Educação Infantil, no Brasil, inicia suas atividades na perspectiva assistencialista e relacionada à inserção das mulheres no mercado de trabalho. Essas creches funcionavam perto das indústrias e atendiam às mães que faziam parte da classe operária, mas os espaços não apresentavam uma proposta pedagógica. Ao longo do tempo, creches e pré-escolas se modificam, seguindo as novas concepções de infância, entendendo a criança como ser de direitos.

Um longo caminho foi percorrido até que a criança seja vista como um ser da sociedade, valorizada, como sujeito de direitos assegurados pelo Estado, principalmente o direito à educação. Portanto, essa conquista se evidencia pela luta onde crianças sejam respeitadas nas suas múltiplas dimensões.

### **2.1 Questões étnico-raciais: referência legais vigentes**

Quando falamos em democracia logo pensamos em poder que emana do povo, um Estado democrático é aquele em que todos tem direitos garantidos. E a democracia racial é identificar uma sociedade não excludente, onde todas as pessoas, independente de raça, cor e etnia são iguais perante a lei. O Estado garante esses direitos, porém as práticas e ideologias ainda não conseguiram superar o abismo que sofre a população negra.

A democracia racial vai além de questões políticas, é garantir a todas as pessoas, independentemente de suas origens e cor das suas peles tenham os direitos garantidos. Esses

direitos são elencados na Constituição Federal, Declaração Universal dos Direitos Humanos, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na lei 7.716/89 – Lei do Racismo, lei 12.288/2010 Estatuto da Igualdade Racial.

Na Constituição Federal de 1988 em seus artigos 3º, IV e 5º X, II fala sobre: princípios fundamentais e os direitos e deveres individuais e coletivos.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes XLII - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.

Em 2010, foi aprovado o Estatuto da Igualdade Racial com o objetivo de assegurar a igualdade de condições de toda uma população pretas e pardas que sofre discriminação e desigualdade ao acesso a direitos básicos assegurados pela carta magna. É uma lei de grande validade para aqueles que enxergam que é necessário discutir sobre as desigualdades raciais e entender que o Estado tem o dever de garantir políticas públicas para a garantia desses direitos.

Sobre isso, a lei 12.288/2010 traz em seu texto:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - lei 8.069/90 é uma lei criada em 1990 que assegura os direitos das crianças e adolescentes que se revertem em deveres do Estado, família e sociedade, elencados na Constituição Federal, no artigo 277.

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

De acordo com a Constituição Federal e o ECA, a educação não é uma tarefa de uma só pessoa, sendo assim é fundamental conhecer as leis, culturas dos povos para que possam contribuir com o pleno desenvolvimento da criança. Sobre isso, no capítulo que trata do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, do ECA, no art. 53. “A criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho...”.

As práticas pedagógicas devem ser alinhadas a esse pleno desenvolvimento, trazendo as questões raciais como algo importante para a construção da identidade. Os profissionais da educação têm compromisso com um ensino de qualidade e igualitário e suas práticas não devem ser de modo isolado, a família, sociedade devem participar desse momento de construção. Ainda no ECA, o Art. 53, Parágrafo único indica: “É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais”.

Assim, com uma escola pautada na necessidade de se estabelecer relações democráticas, podemos então obter o respeito à diversidade existente, partindo da ideia de mediar o processo para que os alunos possam ter autonomia, fazendo-os capazes de analisar suas práticas. “A escola precisa abandonar o modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais.”. (ARAÚJO, 1988, p. 44)

O Ministério da Educação, por meio das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, vem implementando ações com o objetivo de, além de inclusões sociais, eliminar discriminações e promover, no sistema educacional brasileiro, a valorização a diversidade étnico-racial e cultural.

Falar sobre história e cultura dos africanos e afrodescendentes, é conectar com nossa própria história, e a do Brasil traz uma análise muito vaga sobre o protagonismo do negro no país, muito é falado sobre os períodos ligados à questão da escravidão até o processo de abolição. Eles se tornam invisíveis e marcados por uma história de domínio. Pouco se fala da cultura tão rica e das raízes dos povos originários brasileiros. A história dos negros se confunde com a história do Brasil, por isso é tão importante conhecer e valorizar.

A questão do racismo, do preconceito racial e o histórico processo de desigualdade social e econômica do negro, devido ao nosso passado escravocrata, não é assunto novo, a

história dos povos escravizados se confunde com violência, pobreza, cárcere, explorações de trabalho, sem direitos a liberdade e a vida. Gerando um trauma cultural, segundo Silva (apud ALEXANDER ,2011, P. 1)

É provocado quando os membros de uma comunidade sentem que foram submetidos a um evento terrível que deixa traços indelévels em sua consciência coletiva, marcado às suas memórias para sempre transformando a sua identidade cultural de forma fundamental e irrevogável.

O parecer do Ministério da Educação (MEC) 003/2004 que trata da inclusão social das relações étnicos raciais e de gênero, aprovado em 2004 apresenta políticas de ações afirmativas, que traz reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade, buscando combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Promove a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial transformando uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. Segundo o parecer do MEC (003/2004, p.10)

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos.

Observa-se que as políticas trazidas no parecer conduzem a uma reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais. As ações educativas de combate ao racismo e a discriminação, mostram o quanto é necessário a formação de professores para uma educação de qualidade para todos, que reconheça e valorize a cultura e identidade dos descendentes de africanos. Traz no corpo do texto (2004, p. 23)

Inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular, tanto dos cursos de licenciatura para Educação Infantil, os anos iniciais e finais da Educação Fundamental, Educação Média, Educação de Jovens e Adultos, como de processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no Ensino Superior.

As práticas pedagógicas precisam considerar a diversidade e incluir toda a comunidade discente. Para atingir um exercício profissional, além dos conhecimentos básicos, é imprescindível que se capacite para uma vida em sociedade trazendo as relações étnico-raciais, questões de respeito, palavras e atitudes para uma sólida formação não só na área específica de atuação como das questões à diversidade, mas criando estratégias pedagógicas que possam auxiliá-los na docência.

As legislações acima mencionadas são instrumentos importantes para a construção da democracia racial, é válido ressaltar que apenas textos da lei não garantem uma vivência de direitos e respeito à população, são necessários o cumprimento e o entendimento para que se consiga, se não garantir, reduzir a discriminação e preconceito racial ainda muito forte em meio a sociedade que se diz moderna. A democracia racial ainda é um mito.

## **2.2 Educação Infantil: Referências legais e curriculares**

Por um grande período, o atendimento às crianças, em creches, não apresentava uma proposta educativa, porém diante das lutas já mencionadas anteriormente, vimos que assim como os adultos, as crianças também possuem direitos como a liberdade, respeito, dignidade e a educação e que os primeiros anos de vida são fundamentais para o desenvolvimento humano, período que inicia o processo de formação da personalidade e inteligência.

Com o advento da Constituição Federal (CF de 1988) , a Educação Infantil foi reconhecida como direito da criança, dever da família e dever do Estado, dessa forma essa etapa deixou de ser uma prática assistencialista e integrou-se a uma Política Nacional de Educação. Sobre isso o artigo 208, IV da CF “Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: IV - Educação Infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.” (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006). Fica claro na carta magna a responsabilidade do Estado com a Educação Infantil, porém essa responsabilidade não é só dele. No artigo 205, a Constituição traz um rol de colaboradores da educação:

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Após a Constituição, creches e pré-escolas foram compreendidas como ambientes além dos cuidados, passaram a ser também de educação. As crianças em seus processos de socialização, percepção, e suas habilidades são estimuladas e desenvolvidas mais facilmente dentro de um ambiente escolar e isso mostra a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, que acolhe, acompanha e avalia o desenvolvimento dessas crianças. Sobre isso assegura a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) em seus artigos 1º, 29 e 30.

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa,



nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A Educação Infantil será oferecida em:

- I - Creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II
- Pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade.

Tanto a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), trazem em seu corpo os direitos das crianças em estar na escola, bem como a obrigação do poder público e dos pais em mantê-los nas instituições de ensino. Como assegura o ECA no Art.55. “Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Por meio da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), foram fixadas e passam a ser um marco na história da Educação Infantil brasileira, por terem sido construídas por educadores que defendiam o movimento e a importância da Educação Infantil. Com objetivo de orientar as políticas públicas, nortear, planejar, elaborar, executar, avaliar propostas pedagógicas associando às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação do Conselho Nacional de Educação, coloca a criança como centro do planejamento e o currículo pensado a partir de diferentes dimensões. Nesse sentido, as DCNEI, ao conceituar a criança a declaram como:

Sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentimentos sobre a natureza e sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2010, pág. 12)

Nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2009) algumas propostas são mencionadas para que as instituições de ensino sigam e cumpram plenamente suas funções, pedagógica e sociopolítica. Em seu artigo 8º traz garantias à criança conhecimentos de aprendizagens de diferentes linguagens, bem como respeito, dignidade e interação com outras crianças. E em seus incisos IX e X a saber:

- IX - o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;
- X - a dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência – física ou simbólica – e negligência no interior da instituição ou

praticadas pela família, prevendo os encaminhamentos de violações para instâncias competentes.

Na publicação *Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (2009)*, no item “Proposta Pedagógica de Diversidade” indica a necessidade de reconhecer e valorizar as culturas afro-brasileiras e africanas bem como trazer formas de combate ao racismo e à discriminação e ter uma sociedade sem dominações de qualquer natureza. DCNEI (2010 p. 17):

Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.

Ao longo dos anos, depois de muitos movimentos e protestos, leis foram aprovadas voltadas para o ensino e valorização da sua cultura, mas para que esse espaço fosse conquistado, a população negra ainda sofreu muito para ter acesso à educação pública. Mesmo após o fim da escravidão o negro era impedido de frequentar vários ambientes que antes só eram frequentados por brancos, principalmente as escolas. Para Nunes (2014) sua existência social era negada, com base no argumento de que eles tinham que trabalhar, pois foram trazidos da África para servir a economia e não poderia ter acesso às escolas. Quando finalmente a população negra que foi escravizada foi liberta e começaram a ter acesso à educação, acabavam não permanecendo, pois muitas vezes precisavam decidir entre estudar ou trabalhar. Barros (2005) esclarece que eles não tinham comida, transporte, material didático, dentre outros, não tinham recursos para a aquisição dessas necessidades.

A Educação Infantil é o início da vida escolar, sendo importante pensar na organização do ambiente, na faixa etária de cada criança, para que esse processo se torne mais completo e significativo, considerando os direitos de aprendizagem elencados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) como: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Segundo a BNCC. Pág.37:

Tendo em vista os eixos estruturantes das práticas pedagógicas e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural.

No ano 2012 foi sancionada a Lei Nº12.711/12 – Lei de Cotas, que garante 50% das vagas, no Ensino Superior ofertado pelas instituições federais, de estudantes que concluíram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas. As vagas devem ser preenchidas por alunos autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, conforme definido nos artigos a seguir:

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição.

Todas essas iniciativas vêm modificando a realidade da população negra e ampliando seu acesso aos espaços escolares e no mercado de trabalho. A população negra no decorrer dos anos foi lutando e conquistando seus direitos como cidadãos. Mesmo após tantos anos podemos perceber pelos índices que a população negra ainda sofre para ter acesso à educação pública, o que ainda acarreta desigualdade racial e social. No próximo capítulo, apresentamos situações de violência vividos em nossa sociedade.

## 2. DESIGUALDADE RACIAL E O PAPEL DA ESCOLA

“Acreditamos que o racismo, o preconceito racial e os estereótipos negativos experimentados pela criança negra influenciam o seu desenvolvimento global e, em particular, a sua autoimagem e estima.”

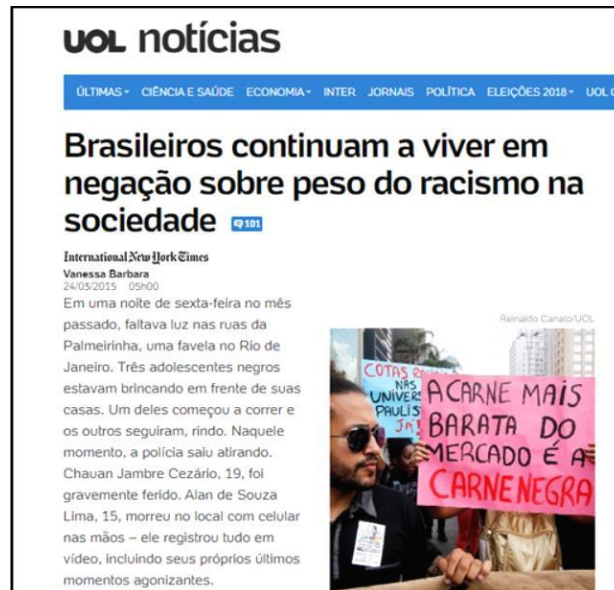
Yvone Costa de Souza

As desigualdades sociais têm crescido e ampliado seu campo de expressão, como exemplo a continua manifestação de expressões racistas nas redes sociais, escondidas por trás de opiniões que nem sempre são veladas e se transformam em violência. As realidades ficam cada vez mais complexas e escancaradas.

Para a pessoa negra, que recebe continuamente julgamentos e desmerecimentos sobre sua estética, capacidade e direitos que podem levar a pessoa a crer no pré-conceito, algo introjetado e reforçado que entra no seu inconsciente podendo causar traumas e dificuldades no processo de socialização. Como afirma Silva (2017).

O racismo, então, constitui um sujeito que nem sempre dá conta de se apropriar das suas percepções e de acreditar que essas percepções são reais. É aí que o racismo vai produzir suas marcas, lacunas que afetam toda a sociedade. É quase natural, até esperado, que toda vez que eu sair de casa me depare com olhares atravessados, com uma recusa de atendimento, com vigia em um supermercado. A escola também desvaloriza esse sujeito por meio de um ensino que não apresenta a História como ela foi de fato.

O racismo vem matando não só fisicamente, ele mata aos poucos pelo silenciamento e falta de informação, algumas pessoas chegam a acreditar que não existe mais racismo, que isso que ficou no passado. É o que podemos ver nessa notícia no site da Uol, de 2015.



Fonte: uol

O desconhecimento da nossa história é um dos responsáveis pela negação de algo tão evidente, portanto, cria-se a ilusão do que não se é expreso. Como podemos ver na notícia acima, a população negra ainda sofre por ser julgada pela cor. Em uma favela no Rio de Janeiro adolescentes negros estavam brincando em frente de suas casas e um deles correu e os outros seguiram, policiais que estavam no local atiraram contra os adolescentes deixando um morto. A movimentação dos jovens foi interpretada como fuga, ou conduta que gerasse perigo, aos policiais. Os casos de racismo não acontecem somente em favelas, o alto nível de discriminação que presenciamos hoje em dia em nossa sociedade não são atos isolados de indivíduos marginalizados.

Afirma Oliveira (2004. P. 85).

Além das práticas de discriminação tradicionais, expressas por meio da negação direta e objetiva do acesso a direitos institucionalizados na sociedade em tela, e corriqueiramente exercidos pelos demais cidadãos, há um tipo de discriminação menos aparente, embora igualmente objetivo, o qual se expressa por meio do que tenho procurado caracterizar como insulto moral. Evidentemente, não me refiro aqui apenas aos insultos racistas acintosamente vocalizados por pessoas racistas, mas, principalmente, a situações e eventos nos quais a agressão (racista) aos negros está embutida nos atos praticados.

Podemos observar que uma simples ida a uma loja para comprar roupas pode virar um momento de angústia e violação de direitos. Em 2019, uma mulher em São Paulo foi acusada de roubo em uma grande loja de departamentos após tentar sair com suas compras e ter sido

barrada pelo segurança, a polícia foi chamado ao local e tentaram conduzir coercitivamente em uma viatura até a delegacia. É o que apresenta a notícia, abaixo.



Fonte: UOL

Essa senhora passou por grande constrangimento, é o racismo produzindo suas marcas, comprometendo o acesso e permanência nos espaços. A pessoa acaba se apropriando e acreditando que aquelas percepções apresentadas a ele são reais, está quase natural, cada vez mais pessoas passam por situações como essa nos seus dias. Pontua Oliveira (2004. P. 82).

Além da discriminação ser uma prática ilegal, com penalidades previstas em lei, também é sancionada negativamente no plano moral, e não é de bom tom demonstrar preconceito. Desse modo, mesmo quando não se trata de esconder intencionalmente o preconceito, ele se manifesta frequentemente de maneira irrefletida e a falta de consciência do ator sobre suas atitudes preconceituosas eventualmente esboçadas não é de todo surpreendente.

Há tantos casos de racismo na sociedade que é necessário que a escola seja um lugar de intervenção, que os educadores se transformem em intermediários culturais com o objetivo de criar um espaço pedagógico saudável para todos os estudantes. Trazer as multiculturas para as suas práticas para que ensinem diversas linguagens e que todos se sintam representados. Cavalleiro (2006 p.10) apresenta:

Cabe, portanto, ligar essas experiências ao cotidiano escolar. Torná-las reconhecidas por todos os atores envolvidos com o processo de educação no Brasil, em especial professores/as e alunos (as). De outro modo, trabalhar para que as escolas brasileiras se tornem um espaço público em que haja igualdade de tratamento e oportunidade.

É preciso compreender que a educação torna as pessoas livres, transformadas e em construção, faz com que enxerguem as particularidades mesmo na convivência coletiva e o

ajudem a viver em sociedade. A escola é espaço de mediação, especialmente por promover o contato com as diversidades étnicas e elas são múltiplas e de maneiras distintas: cor da pele, classe social, religião, e muitas outras. E, infelizmente, até nesses lugares acontecem casos de racismo.



Fonte:G1

Dentro da escola que era para ser um lugar educativo e de acolhida acontecem muitos casos de racismo entre estudantes e profissionais, como nesse caso acima, uma adolescente preta, do Rio de Janeiro, estudante de uma escola particular foi vítima de racismo através de mensagens trocadas por outros estudantes. Os textos continham conteúdo extremamente racista como: “para comprar um negro, só com outro negro”, “um negro vale uma bala”. Na reportagem fala que os professores, principalmente os de história, sentiram revolta e fracasso como se eles tivessem culpa do ocorrido.

A escola é um espaço fundamental na construção de uma sociedade igualitária orientada pelo respeito e por prática pedagógica que colabore no combate à discriminação racial e ao preconceito. Essas discussões sobre o racismo precisam ser construídas no ambiente escolar por meio de diversas práticas, especialmente com a ampliação de materiais e publicações sobre o tema, pois já existem filmes, literaturas e inclusive nas aulas de histórias onde se estuda, dentre outras coisas, a violação de direitos cometidas contra a população negra e escravizadas no Brasil.

A educação é vista como um fator transformador da sociedade, e dentro de uma humanidade tão diversificada como a nossa, onde há pluralidades culturais e etnias que caracterizam os grupos em todo o mundo. Portanto, um dos papéis da escola é trabalhar essas diversidades para que não haja diferenças entre negros e brancos e para que as crianças

aprendam desde cedo a respeitar as diferentes culturais. Segundo Gomes (2003), refletir sobre a escola e a diversidade cultural significa reconhecer as diferenças, respeitá-las, aceitá-las e colocá-las na pauta das nossas reivindicações, no cerne do processo educativo.



Fonte: G1

Na reportagem acima uma criança de três anos que foi caracterizada de palhaço para a escola para comemorar seu aniversário e foi escolhido pela professora para utilizar uma máscara de macaco. Na matéria acima, a mãe conta que o vídeo mostra a criança claramente constrangida com a situação que foi colocada. Muitas dessas violências aparecerem de forma sutil e velada, mas o que podemos observar que essas falas e ações racistas atravessam a criança negra, assim já comprometendo o processo de autoconfiança, autoestima e autoimagem.

Por que não falar em conscientizar a população? É uma forma do mundo todo dizer não ao racismo, integrando brancos e negros juntos na luta contra a discriminação racial. É preciso que, unidos, lutem por políticas públicas, afinal somos cidadãos, pensantes e devemos nos importar com o outro. Há muitas formas de se discutir o fim do racismo, estar atento como essa problemática se comporta na atualidade, evidenciar as conquistas dos povos negros atuantes em pluralidade de áreas fortalecendo a representatividade, mostrando o protagonismo e combatendo os processos de marginalização, além de ter educação antirracista nas escolas que ultrapasse os muros e se torne uma construção diária em todos os ambientes.

Não necessariamente precisava ser vivido o trauma cultural para que seja falado. Negros de outras gerações ao ler toda a história de luta de seus povos conseguem sentir, inclusive atualmente, o que foi vivenciado foi tão forte que exerce um poder muito grande sob as pessoas.



A importância de ouvir, quebrar práticas antigas e alimentar com culturas, belezas a história de um povo sofrido é ajudá-lo a seguir mais fortalecido em suas vidas.

É assim que mais lemos nos livros didáticos, os negros aparecem como escravos ou descendentes deles. Seus históricos estão lá no período colonial, imperial da nossa história. Ouvimos falar também da abolição, e após, para onde foram os negros? Parece uma memória apagada, e não só ela como também a luta para alcançarem igualdade e cidadania. A pessoa escravizada era sinônimo de exclusão social, conseqüentemente educacional.

Quando não permite a visibilidade da história de um determinado povo, não se está possibilitando que as futuras gerações reconheçam suas próprias origens como etnia, ou como nação. Assim, as representações negras aparecem com pouca relevância, diante de uma cultura dominante. Podemos observar claramente nas histórias de heróis onde apenas os brancos são os personagens principais das histórias. Essas representações auxiliam a criação de uma visão que alimenta os estereótipos negativos da população negra como sujeitos sem história. Bento (2004, p.45, apud PEREIRA, 2015, p.10)

Sem uma memória positiva, sem conhecer figuras de destaque do seu povo, às conquistas importantes no campo das artes, das ciências, as crianças negras têm muita dificuldade em formar uma imagem positiva de seus iguais. Conseqüentemente, não formam uma imagem positiva sobre o grupo negro e acabaram por reproduzir o preconceito em casa.

Portanto, resgatar a história da população africana é dar alicerce as futuras gerações no Brasil, para que elas possam perceber a importância de todos os povos na história e os valorizem, é trazer a sua luta contra o racismo e por sua afirmação enquanto sujeitos históricos que não são apenas coadjuvantes, mas personagens importantes para a construção cultural do país.

### **3.1 Prática pedagógica e a inclusão na educação infantil**

O professor como mediador do conhecimento, em seus planejamentos reúne um conjunto de práticas pedagógicas que possam ser compartilhados, principalmente através de atividade lúdicas já que se trata da Educação Infantil. Essas propostas terão um potencial muito grande em relação a integração, e valorização da criança negra no meio escolar. Cabe ao professor portanto, levar aos seus alunos contextos que integrem a todos.

Ao valorizar as diferentes culturas existentes no Brasil, o ambiente escolar é o contexto ideal para promover uma educação comprometida com o contexto social em que se vive, a fim de apoiar o desenvolvimento da cidadania e democracia brasileira, formando uma sociedade que possa combater as desigualdades raciais. Para que todas as crianças tenham acesso aos diferentes conhecimentos no processo escolar, o contato com objetos, materiais e espaço, e na interação com pessoas que as cercam faz toda a diferença. É importante que o professor traga esses contextos de forma clara e que permita que a criança consiga refletir, ser crítico. Como cita Pierucci (1991, p.7, apud DIAS, 2015, p.13)

Somos todos iguais ou somos todos diferentes? Queremos ser iguais ou queremos ser diferentes? Houve um tempo em que a resposta se abrigava, segura de si, no primeiro termo da disjuntiva. Já faz um quarto de século, porém, que a resposta se deslocou. A começar da segunda metade dos anos 70, passamos a nos ver envoltos numa atmosfera cultural e ideológica inteiramente nova, na qual parece generalizarse em ritmo acelerado e perturbador a consciência de que nós, humanos, somos diferentes de fato, porquanto temos cores diferentes na pele e nos olhos, temos sexo e gênero diferentes além de preferências sexuais diferentes, somos diferentes na origem familiar e regional, nas tradições e nas lealdades, temos deuses diferentes, diferentes hábitos e gostos, diferentes estilos ou falta de estilo; em suma, somos portadores de pertencas culturais diferentes. Mas somos também diferentes de direito. É o chamado “direito à diferença”, o direito à diferença cultural, o direito de ser, sendo diferente...

Nas escolas encontramos diversidades, seja na cultura, costumes, linguagens, conseguimos enxergar de forma clara as nossas diferenças. No nosso País isso é bem forte por sermos miscigenados, por conseguinte se torna imprescindível que as crianças se interessem em conhecer outras culturas. O diferente, torna-se conhecimento e exige o respeito necessário para uma boa convivência. A luta pelos direitos iguais inspira os grupos excluídos e educa através das reivindicações e inclusão social.

A luz da Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais, através do documento que para orientar o trabalho pedagógico e a organização da Educação Infantil, um dos objetivos da proposta curricular da Educação Infantil é garantir experiências que “possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade” (BRASIL,2010, p.26).

As populações indígenas e negras vêm sendo “sistematicamente excluídas da história da sociedade brasileira” (BARBOSA, P. 7, 2013) Deste modo, reconhecemos que o ambiente escolar, por vezes contribui de forma negativa para a construção da identidade da criança negra,

por não se sentir representada. Nesse sentido, afirma-se que as contribuições das práticas pedagógicas voltadas a construção da identidade de crianças negras na Educação Infantil são importantíssimas nesse processo.

Uma pesquisa realizada por Cerqueira (2005) também se certifica de que o professor tem um papel muito relevante a frente da luta pela igualdade étnico-racial. O objetivo de sua pesquisa é identificar como se dá a construção da autoestima da criança negra no contexto escolar, tendo o professor como mediador, pois para ele a escola pode contribuir tanto positivamente, quanto de forma negativa para a construção da autoestima da criança negra.

A falta de capacitação adequada do professor para lidar com questões étnico-raciais e culturais por vezes se torna um obstáculo. Isso acontece porque durante a formação, esses profissionais não recebem o conhecimento adequado sobre a cultura negra no Brasil. Por vezes idealizando que não há racismo no Brasil, abordando a temática de forma “indiferente” em sala de aula. Produzindo assim, um ambiente ríspido para a construção da autoestima da criança negra. Alguns profissionais ainda afirmaram que preferem não investir em ações pedagógicas que possa levar conflito para a sala de aula.

Assim sendo, voltamos a destacar que além do ambiente físico e materiais didáticos, o professor é o principal responsável por desenvolver práticas que irão reforçar as relações étnico-raciais, e trabalhando o reconhecimento e autoconfiança da criança negra. A presença das práticas pedagógicas para as relações étnico-raciais na Educação Infantil, contribuíram positivamente no processo de construção da identidade da criança negra.

Colocar isso na Educação Infantil, nos seres tão pequenos é uma responsabilidade e um comprometimento com a sociedade, mas a escola não é a única responsável por isso. O processo de construção da identidade começa ao nascer no seio da família, na Educação Infantil ele segue como meio de também ajudar a desenvolver a personalidade da criança, e sua autonomia. Refletir sobre a construção de identidade dos indivíduos pode ser complicado, uma vez que cada pessoa se desenvolve baseado em suas crenças, convicções, ideologias, religião, ações, e diversos outros fatores que influenciam nessa formação. (MIZAEL; GONÇALVES, 2015).

É importante observarmos se todas as crianças estão sendo acolhidas de forma igual, respeitando a sua cultura, estética. Como as escolhas estão sendo feitas? Há um reforço do padrão dominante cheio de preconceitos? Cavalleiro (2000) mostra, em sua pesquisa com crianças de 4 a 6 anos, que as crianças negras já apresentam uma identidade negativa. Já as crianças brancas manifestaram um sentimento de superioridade e, em algumas situações, atitudes carregadas de preconceito.

A nossa diversidade racial revela a riqueza de um povo, seja de conquistas, de lutas. Mas o preconceito surge em todos os espaços, inclusive na escola, por isso é tão importante as ações que incluam a representatividade dos povos negros. Observa-se que mesmo com a lei nem sempre esses estudos fazem parte dos projetos e práticas escolares e a escola não se torna um espaço de valorização de diferentes culturas. É imprescindível para a construção de um currículo que valorize as diversidades.

Os processos de formação dos profissionais da Educação Infantil, devem seguir uma perspectiva que ultrapassa o cuidar, devem educar para que tenham condutas não racistas. É preciso estar atento as atitudes discriminatórias, vindas de si e do outro. A carga que uma criança discriminada carrega por rejeitada pelos colegas por conta da cor de sua pele, do crespo do cabelo, é muito grande. Dias (1996) em uma de suas pesquisas pontuou a fala de uma criança de 5 anos, ao dizer que branca era melhor “porque o branco é mais bonito e faz a gente melhor”. As negras, consideradas “feias”, sentiram-se desconfortáveis e constrangidas. Santana (2010, p.19) pontua:

A criança discriminada, rejeitada pelos colegas por causa da cor escura de sua pele, de seu cabelo crespo, precisa ser ouvida e acolhida, ao mesmo tempo em que atividades pedagógicas precisam ser desenvolvidas para tratar do assunto com todas as crianças. O não silenciamento em situações de discriminação racial e outras informa para todos, adultos e crianças, que essas atitudes são inadmissíveis quando se acredita em uma educação humanitária e de respeito à diversidade.

Atitudes como essas não devem ser aceitas pois iremos ao contrário de uma educação humanitária e respeitosa. Podemos observar que as primeiras experiências da criança marcam toda a sua vida, e essas experiências quando positivas fortalecerão a sua autoconfiança, quando essas experiências não conseguem fortalecer esse desenvolvimento o impacto poderá causar danos até mesmo psicológicos por toda a sua vida. Mesmo com tão pouca idade as crianças são capazes de absorver as informações do ambiente ao seu redor, e por vezes internaliza o sentimento de inferioridade em relação as crianças brancas.

## 4. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia de pesquisa nada mais é do que a descrição do processo de pesquisa do trabalho. Isto é, a definição de quais serão os procedimentos para a coleta e para a análise de dados. Isso significa que delimitar uma metodologia não é adotar um conjunto de diretrizes fixas que se deve seguir à risca. Mas construir um procedimento de pesquisa que se adapte aos objetivos do trabalho.

Naína Tumelero

### 1.1 Tipo de Pesquisa

A metodologia é a explicação do tipo de pesquisa que será utilizada para a realização da monografia, a explicação rigorosa e detalhada de toda ação desenvolvida no método, inclui simultaneamente a teoria da abordagem, as técnicas e a experiência do pesquisador, articulando sempre, realidade empírica, teoria e pensamentos.

A presente pesquisa é do tipo quanti-qualitativa pois a junção das duas pesquisas qualitativa e quantitativa permite que se façam cruzamento de suas respostas de modo a ter maior segurança de que seus dados não são produtos de um procedimento específico ou de alguma situação particular.

Acerca disso, Goldenberg (2007, p.64) discorre que “o pesquisador não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos”. A abordagem qualitativa tem caráter exploratório, estimula os entrevistados a pensar e falar livremente sobre algum tema, objeto ou conceito, a quantitativa é mais adequada para apurar opiniões e atitudes explícitas e conscientes dos entrevistados, pois utiliza instrumentos estruturados.

Os dois enfoques têm grandes vantagens, ainda mais quando se misturam. A quantitativa ofereceu possibilidade, de uma forma mais ampla, de tornar geral os resultados obtidos, concede um certo controle e um ponto de vista de contagem, facilitando a comparação no estudo, a qualitativa da profundidade aos dados, com relação à contextualização do ambiente, tornando respostas flexíveis. Dessa forma a junção das duas proporciona o desenvolvimento do conhecimento, a construção de teorias e a resolução de problemas. Ambos os enfoques são

empíricos, já que coletam dados fundamentais para a pesquisa, requer sempre seriedade e compromisso.

## **1.2 Instrumento para coleta de dados**

O questionário foi o instrumento escolhido para realizar a pesquisa de campo porque permite analisar com precisão o que se deseja, além de ser constituído por uma série orientada de perguntas. Sabe-se que como todo instrumento, ele também possui suas vantagens e desvantagens.

Como vantagens, observa-se a economia de tempo, maior liberdade nas respostas em razão do anonimato além de atingir o maior número de pessoas simultaneamente. Já as desvantagens poderiam ser descritas da seguinte forma: dificuldade de compreensão por parte dos informantes, porcentagem pequena dos questionários que voltam e grande número de perguntas sem respostas, de acordo com Gil.

A construção de um questionário consiste em traduzir os objetivos da pesquisa em questão específicas, as respostas adquiridas através das questões é que irão proporcionar os dados requeridos para esclarecer o problema da pesquisa, então as questões são elementos importantes para o questionário.

Foi utilizado como instrumento de pesquisa questionário aberto e fechado, que serão entregues pessoalmente aos sujeitos da pesquisa, diz Gil (2005, p. 129) que:

Nas questões fechadas, apresenta-se ao respondente um conjunto de alternativas de respostas para que seja escolhida a que melhor representa a sua situação ou ponto de vista nas questões abertas apresenta-se a pergunta e deixasse um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição.”

As questões utilizadas são claras e compreensíveis, sem indução de respostas, todas voltadas para o tema do trabalho, a seguir apresentadas.

### 4.3 Análise dos dados

#### 4.3.1 Questionário

Aplicamos o questionário às doze professoras que compõem as turmas do Infantil III (crianças com 3 anos), Infantil IV (crianças com 4 anos) e Infantil V (crianças com cinco anos) em uma escola da rede municipal de Parnaíba. O questionário contava com perguntas subjetivas e objetivas, chamaremos a escola de X e as professoras participantes da pesquisa nomearemos por P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P10, P11 e P12

Começamos o questionamento com a seguinte pergunta: Na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) foram consideradas as questões étnicas- raciais? De que forma? Das respostas coletadas, 09 responderam que sim, a saber: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9. Quando perguntados sobre a forma como esses conteúdos são trabalhados apresentamos a seguir, as respostas dos entrevistados:

P1 “Ensinar as crianças de se orgulhar de sua pele, cabelo, e traços raciais e também de toda riqueza do seu povo. “;

P2 “Combatendo as desigualdades raciais presentes no ambiente escolar através de projetos e sequências didáticas”;

P3 “ Projetos/ sequencias didáticas” ;

P4 “Nas sequencias didáticas e projetos”

P5 “Sim, através da exploração de atividades que trabalhem o respeito as especificidades de cada aluno”

P6 “São utilizados instrumentos lúdicos: livros, vídeos para trabalhar essas questões assim como rodinhas de conversa.”;

P7 “Sabemos da importância desse assunto no dia de hoje, então trabalhamos de forma lúdica, para que as crianças possam ter uma melhor compreensão.” ;

P8 “Através de projetos que abordem a conscientização das crianças em relação ao tema.” e

P9 “Através de estratégias para estimular atitudes inclusivas e o respeito as diferenças. Ex: projetos que envolvem brincadeira, contação de história etc.”

Ainda na mesma questão, 03 professoras não assinalaram resposta e afirmaram que não participaram da elaboração do PPP:

P10 “Não tive ainda o prazer de participar da elaboração do PPP dessa escola, por isso desconheço se essas questões foi abordada” (sic);

P11 “Não tenho conhecimento do PPP da escola” e

P12 “Não lembro de ter tido contato com o PPP da escola, comecei a trabalhar na escola X no ano de 2020 e não me lembro de ter folheado ou lido este documento.”

Ao devolver o questionário, a P2 pontuou que no PPP da escola pode ser encontrado em seus objetivos específicos questões relacionadas a temática. Solicitamos o documento a ela que prontamente nos enviou o documento, que ainda estava datado de 2018, onde encontramos os seguintes objetivos: “Combater as desigualdades raciais presentes no ambiente escolar; Ampliar a discussão e os projetos pedagógicos que privilegiam a igualdade racial” (PPP, 2018). Não foi encontrado nenhuma outra citação sobre questões étnicos raciais ou diversidade.

O Projeto Político Pedagógico de uma escola é parte do seu currículo e, como tal, deve ser produzido por todos que a compõe, desse modo, vai além de um conjunto de atividades a serem desenvolvidas, bem como não pode ser um produto meramente ilustrativo como prova de obrigatoriedade. A sua grande finalidade, além de se conhecer a fundo aquele espaço escolar, com histórias, metas, objetivos é de formar cidadãos críticos, participativos, responsáveis e reflexivos. De acordo com Veiga (1995. P. 1):

O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. Por isso, todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade.

Sendo assim, é importante a participação do corpo docente na construção do Projeto Político Pedagógico pois implica uma parceria entre professor, aluno e comunidade, exige uma reflexão sobre trabalho, cidadania e consciência crítica. Analisamos que, das doze professoras questionadas, nove tem conhecimento da temática no PPP, porém três não tinham conhecimento desse documento, mesmo com a necessidade da proposta ser construída, executada e avaliadas por toda a equipe escolar. Portanto, em que momento cabe falar sobre a questão étnico- racial dentro do PPP? Acreditamos que se deve considerar a realidade escolar, levantando as demandas sobre as questões étnico-raciais. A sala de aula é um lugar multicultural e há necessidade de todos se sentirem incluídos e pertencentes daquele espaço e o professor ser o mediador dessas vivências. Destacamos que o documento, que tivemos acesso, data de 2018, portanto, está desatualizado.

Seguindo nos questionamos, indagando: Na Educação Infantil são desenvolvidas atividades relacionadas às questões étnico raciais? Que atividades foram realizadas? Algumas professoras marcaram mais de uma alternativa. Apresentamos, na tabela, as respostas:



<b>Atividades realizadas</b>	
Filmes/ vídeos	12
Livros Infantis	12
Livros Didáticos	2
Teatro	6
Música	5
Outros: Roda de conversa	2
Outros: Leitura de imagem	1
Outros: Reconhecimento no espelho	1

Tabela 1: Atividades realizadas  
Fonte: dados pesquisados

As atividades de filmes/ vídeos, foram indicados com maior frequência pelas professoras, P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P11 e P12, e ao serem questionadas quais são os materiais utilizados, pontuaram que a busca é feita por meio do *you tube*, de forma aleatória. Os vídeos podem ser grandes aliados no processo de desenvolvimento das crianças, desde que trabalhados de forma responsável, pois possibilitam sensibilizações ao introduzir um novo assunto, despertam curiosidades, além de permitir mostrar através de imagens o que se fala em sala de aula. Porém, durante a pesquisa, não conseguimos coletar os títulos/links/produtos utilizados pelos professores, mesmo identificando uma quantidade e variedade de materiais disponíveis na plataforma indicada.

Os livros infantis foram indicados com a mesma frequência dos filmes/vídeo e escolhidos por: P1 P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9, P11 e P12. Sobre os livros, a escola possui um acervo com obras que abordam a temática: “Manuela” conta a história de uma criança que foi adotada e que aos poucos foi observando a diferença da sua cor de pele e de seus pais, “Nerina

a Ovelha Negra” é uma história de uma ovelha que foi expulsa do rebanho por ter uma cor diferente. Seguem os livros infantis que fazem parte do acervo escolar:

### Livros infantis



Fonte: dados da pesquisa

Sabemos que a literatura é uma poderosa ferramenta em sala de aula, contribui para o desenvolvimento não só da competência leitora, mas possibilita as crianças experiências culturais além de estéticas e sociais e outros variados assuntos como os contextos referentes as questões trabalhadas nessa pesquisa. O livro ‘Manuela’ traz uma excelente forma de valorizar a identidade da criança, falar sobre a adoção interracial para as crianças fará com elas despertem o sentimento de igualdade e se sintam tão especiais quanto as crianças brancas, e que são tão importantes e especiais quanto elas. Os livros quando bem trabalhados são excelentes recursos de aprendizagem, desenvolvendo competências e formando crianças no contexto social e cultural. Pensando nisso, Costa et al:

[...] percebe-se a importância de oportunizar às crianças o acesso a obras literárias, contos infantis de origem africana e afro-brasileira, com respeito à sensibilidade estética, com narrativas que emocionam, divirtam e promovam a reflexão sobre a apreciação estética negra. [...] (COSTA et al., 2020, p. 155).

O acesso a literatura, com as temáticas indicadas como a adoção interracial e a exclusão por conta da cor da pele conscientiza sobre estereótipos, pode minimizar comportamentos e comentários preconceituosos dentro das escolas, promover o respeito. São grandes desafios para o professor e é fundamental para a promoção de ensino de qualidade em questões de gênero, étnico-raciais dentre outros. É importante que haja discussões sobre a temática desde pequenos,

pois a escola que é uma instituição de educação deve usar a literatura infantil como ferramenta de transformação social.

Os livros didáticos foram pontuados somente por P10 e P5. A escolha do livro didático é de importância relevante pois há esse caráter social de uso de forma constante e ele pode ser uma referência de estereótipos, por tudo que tem nele parecer verdadeiro, passando visões de uma realidade humana e social. P10 afirmou que: “a BNCC torna questões étnico raciais parte imprescindível no currículo da educação infantil através do livro didático.” Ao fazermos uma busca na BNCC não identificamos essa questão indicada pela professora, sobre o livro didático. Na Educação Infantil, o currículo é prescrito a partir dos campos de experiências e direitos de aprendizagem que trazem questões relacionadas a sua identidade pessoal, relacionados ao apreço do corpo, como cuidados com a saúde, constituindo imagem positiva de si e do grupo a qual pertence, atitudes de respeito as diferenças culturais. Portanto, a BNCC se esquivava de propostas relacionadas a questões étnico-raciais, de forma clara.

O teatro foi assinalado por P2, P3, P6, P8, P9 e P11, seguido da música com P2, P3, P5, P8, P11. Consultamos como utilizam-se desses recursos, mas infelizmente não obtivemos respostas. Sabemos a importância de se trabalhar a linguagem corporal, possibilita as crianças a conhecerem seus limites, interação com o ambiente, facilita expressar-se com os colegas principalmente se aliarmos as questões do dia a dia. A música tão presente em nossos dias, é facilmente relacionada a formação de hábitos, comportamentos: lavar as mãos, escovar os dentes etc. e por que não para trazer temáticas sobre o respeito e as diferenças? Mais uma vez, não conseguimos conhecer títulos ou as dinâmicas teatrais e musicais utilizadas, mesmo consultando mais de uma vez. Essa dificuldade em indicar os títulos pode indicar uma reduzida frequência das atividades.

Para identificar outras atividades realizadas, a questão contava com o espaço aberto para registro das professoras. Assim surgiram as seguintes respostas: roda de conversa, indicada por P5 e P11; Leitura de imagem e Reconhecimento no espelho, indicado por P11. P5 pontuou “sim, rodas de conversa sobre a formação do povo brasileiro”. A disposição em círculo é uma possibilidade para um diálogo aberto e debater sobre situações cotidianas.

O Trabalho de escuta que acontece em rodas de conversas possibilita identificar os conflitos existentes no cotidiano escolar, discutir a formação do povo brasileiro destaca a diversidade existente na formação do povo e sua cultura, possibilita situar a importância dos grupos que nos formaram (branco, negros e indígenas). Através da interação entre as crianças e as professoras é possível abordar o tema racismo, enfatizar valores como igualdade e

diversidade, trazendo questões positivas para que as crianças negras possam enxergar a sua importância e potência. Segundo Leal, (2017, p. 193).

A valorização das diferentes culturas promove às crianças a construção de uma imagem e uma relação positiva sobre e com seus grupos de pertencimento, assim como, contribuem para o combate ao racismo, às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas.

A dinâmica da leitura de imagens possibilita que a criança reflita, interprete aliando à sua realidade. Ao brincar com o espelho a criança se reconhece, aceita sua imagem, se valoriza, identifica as diferenças, fortalecendo o respeito ao outro. Questionada sobre como trabalha essa atividade, a docente não discorreu sobre o assunto.

Questionamos qual a frequência das atividades relacionadas às temáticas: Semanalmente, não foi escolhido por nenhuma professora, mensalmente foi escolhido por 4 professoras: P2, P5, P8, P9. A frequência semestral foi escolhida por 8 professoras: P1, P3, P4, P6, P7, P10, P11, P1. Observa-se no quadro abaixo.

Frequência de atividades	
Semanalmente	0
Mensalmente	4
Semestralmente	8

Tabela 02: Frequência das atividades Fonte: dados da pesquisa

Sobre a pergunta, P5 disse: “de forma interdisciplinar sempre que possível são realizadas atividades sobre essa temática”; P4 “Abordamos esse tema geralmente no período da data comemorativa “Dia da Consciência negra<sup>1</sup>”, com atividade bem simples.”; P6 “Geralmente em períodos relacionados ao tema como datas comemorativas ou em situações cotidianas.”; P10 “Essa questão é mais abordada quando coincide com a data comemorativa da Consciência negra”; P11 “Por enquanto é abordada semestralmente com ênfase nos meses de maio e novembro quando surge o conteúdo na sala.” e P12 “ Apenas no dia da Consciência negra”.

Destacamos aqui a ênfase dada às datas comemorativas, como o dia da Consciência Negra e, possivelmente, o Dia da Abolição (que ocorre em maio). Podemos analisar que, acerca da periodicidade com que o tema é abordado em sala de aula pois as questões étnico-raciais são trabalhadas de modo superficial e pontual, isso é facilmente percebido pelas respostas das professoras, elas enfatizaram que as discussões relacionadas a essa questão acontecem em períodos que coincidem com a data da consciência negra.

Consultando o planejamento anual da escola, recebido da Secretaria Municipal de Educação, não foram identificados conteúdos sobre a temática. É necessário que se compreenda que para promover uma educação que se importa com a diversidade é necessário que as questões sejam trabalhadas durante todo o ano letivo, de modo transversal. Essa abordagem deve ser cotidiana sobre racismo, desigualdade racial, questões étnico-raciais.

A inclusão perpassa, também, a estrutura física da escola, sua comunicação visual, na escolha dos materiais didáticos como livros infantis, informes, cartazes, brinquedos. Abaixo, apresentamos imagens da sala de aula da escola pesquisada.

Figura 2: Ambientação da sala de aula



<sup>1</sup> O Dia da Consciência Negra se refere à morte de Zumbi dos Palmares em 20 de novembro de 1695, líder do colombo e um símbolo da resistência negra no país.



Pesquisa de campo

Figura 3: Identificação da sala



Pesquisa de campo

Figura 4: Identificação da sala

Além de se conscientizar da importância de se trabalhar as questões étnico-raciais é preciso que se prepare o ambiente. As imagens utilizadas para a ambientação devem considerar a diversidade dos alunos e reforçar as condutas inclusivas, especialmente incluindo os diversos elementos da estética da população negra: cabelo, formato de lábios e nariz, além da cor da pele. A montagem da sala de aula, ou demais espaços da escola devem buscar desconstruir o preconceito e a discriminação e incentivar a valorização da criança negra. No ambiente da escola onde a pesquisa foi realizada observamos que há pouca diversidade étnico racial em relação as imagens e objetos que compõe a decoração das salas de aula, deixando as crianças negras sem essa representatividade. E isso faz com que essas crianças não se sintam representadas naquele espaço, como os demais colegas.

E por fim, questionamos se, durante a realização das atividades, as professoras identificam alguma dificuldade em abordar a temática étnico racial, na escola? Segue a tabela abaixo:

Dificuldade em abordar o tema	
Sim	1
Não	10
Não soube opinar	1

Tabela 03: Dificuldade em abordar o tema

Fonte: dados da pesquisa

Observamos que P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8, P9 e P10 responderam que não tem nenhuma dificuldade em abordar as questões étnico-raciais na escola, P11 possui dificuldade e P12 não opinou sobre esse questionamento. P5 disse: “Os livros são contextualizados, há ainda muito material na internet sobre o assunto.”; P10 pontuou “Nessa idade as crianças não estão munidas dos preconceitos dos adultos.”; P11 “A própria versão de algumas crianças e falas, já trazem comparações e algumas relatam que queriam ter outra cor.” e P12 “Não trabalhamos nenhum projeto voltado para este tema específico, é trabalhado algo do tipo em alguma data comemorativa que porventura seja selecionada.”

Em uma das respostas é possível observar que a criança se sente incomodada pela sua cor, a criança não nasce com o preconceito, eles são aprendidos nas relações sociais. Essa aprendizagem se dá tanto pelas linguagens faladas e escritas, como visuais, musicais, corporais etc. É através dessas linguagens que aprendemos a dar sentido às coisas e a nós mesmos. Lima,

(2006, p.153), “(...) se a escola oferece à criança um ambiente que expresse o respeito e a valorização das características e referências ligadas aos diversos sujeitos do seu contexto, cumprirá seu papel de formação para à diversidade.”

Sendo a criança o principal sujeito nesse processo de ensino, e o professor como mediador, é necessário o romper o silêncio em relação ao racismo na Educação Infantil, mostrando como ele está presente no cotidiano de forma implícita (ou não). Para Lima (2006) a criança precisa aprender por meio de ações cotidianas, agindo, pensando, criando ...enfim vivendo essas práticas.

Ninguém é melhor ou pior por ser branco ou ser preto. As pessoas são diferentes. Todas as cores são bonitas, todas as pessoas são boas ou ruins e às vezes é boa numa hora e faz uma coisa errada depois. Tem que ensinar isso. Tem que perguntar se ele gostaria que as pessoas implicassem com ele. (...) E também pode trazer coisas dos negros para a gente aprender, porque todo mundo acha só precisa aprender coisas dos brancos. E o negro tem muita coisa também. (LIMA apud ABAYOMI, caderno de campo, 10/11/2004, p.118).

Reconhecemos que o preconceito ainda permeia a sociedade, nossas escolas, e que o preconceito é aprendido nas relações sociais das quais participam desde o nascimento. O professor deve tentar instruir alunos sobre questões étnico-raciais não para que individualizem, mas para que consigam perceber o quanto esses conflitos fazem parte de nossa estrutura social e tenham a capacidade crítica para se colocar contra esse sistema que exclui.

É necessário integrar professor e aluno e assim construir uma educação étnico-racial que implica não somente em encaminhar os conflitos interpessoais, mas sobretudo reconhecer e valorizar as identidades e histórias de todos os sujeitos no ambiente escolar, iniciando esse processo na Educação Infantil. Para Munanga, (2001. P.8)

o preconceito inculcado na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre os alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado.

Devemos destacar que o racismo pode estar presente de forma implícita também no ambiente escolar, que por mais que a lei assegure o ensino das relações étnico-raciais, essa educação não depende apenas do professor, é necessário políticas públicas que promovam incentivo e parcerias principalmente a aqueles profissionais que não tiveram contato com a temática em sua formação.



## 5. CONCLUSÃO

O presente trabalho objetivou analisar as práticas pedagógicas que promovam a inclusão da criança negra no contexto escolar. Para isso foi realizado um mapeamento das práticas de professoras da rede municipal, identificamos os recursos didáticos que são utilizados em sala de aula e, a periodicidade que se discute Relações Étnico Raciais na Educação Infantil e as dificuldades encontradas pelas professoras em abordar a temática.

Entendemos que a educação étnico-racial está relacionada a educar cidadãos conscientes e livres de preconceitos capazes de conviver e relacionar-se de forma harmoniosa com os demais. Portanto, constatamos que trabalhar esta temática na Educação Infantil é necessário, pois desde muito cedo a criança desperta para o respeito ao próximo.

Analisando o PPP da escola em conjunto com as respostas das professoras ao questionário, percebemos que apesar de ele ter sido citado pela grande maioria, o Projeto Político Pedagógico traz em seu texto apenas dois objetivos que tratam das questões raciais. Para que a proposta pedagógica seja realmente efetivada é necessário ser feita de forma coletiva, mas identificamos um documento desatualizado e três dessas professoras não tinham participado da elaboração do documento. Precisamos elaborar propostas significativas através do conhecimento do contexto escolar e promover práticas utilizando-se de materiais que possam subsidiar a educação inclusiva, se torna um desafio ainda maior para promover uma igualdade racial na Educação Infantil.

As práticas pedagógicas adotadas pelos professores para trabalhar essa valorização da cultura afro-brasileira ainda é insuficiente, nos leva a refletir sobre o cuidado em preparar projetos voltados para a valorização da diversidade e do respeito em sala de aula. Esse deveria ser um tema sempre presente nas escolas, mas constatamos que não, infelizmente as questões étnico-raciais aparecem de forma pontual, apenas nos calendários comemorativos, mesmo sendo sabedores de que a pluralidade cultural ocorre em todos os momentos, não consideram necessário durante o ano letivo incluir essa temática tão necessária e urgente, considerando a contínua negação de direitos.

O que fazer para que a criança se sinta representada na escola onde frequenta? O professor tem o papel importante nessa inclusão, seja por meio de discussões nas rodas de conversas, na escolha de recursos pedagógicos e uma simples decoração em sala, para que ele não valorize apenas algumas estéticas, mas que todos os alunos possam se reconhecer nelas.

Observamos que as questões étnico-raciais são trabalhadas de forma isolada em sala de aula. Algumas professoras utilizam-se de livros infantis, filmes/ vídeo em sua grande maioria, o teatro e a música vieram sem muitas informações. O que nos fez perceber uma divergência nas respostas, pois apesar de terem pontuados muitos recursos, não conseguiram nos dar maiores informações de como eles são trabalhados. A ausência das informações nos fez refletir sobre de que forma esses momentos são planejados e executados pelas professoras, e se realmente acontecem, pois não obtivemos descrições esclarecedoras a respeito. Durante a pesquisa, organizamos, em forma de coletânea, materiais que possam contribuir com a prática docente para socialização com os docentes.

O livro didático é um suporte que serve de subsídio no processo de aprendizagem, um grande auxiliar do professor em sala de aula. Porém, parte dos livros, infelizmente, ainda precisam ser revistos que trazem em suas páginas uma série de estereótipos que já poderiam ser superados por nossa sociedade. Cabe, portanto, aos professores fazer uma interpretação cautelosa do material que será utilizado em sala de aula, podendo este recorrer a outros materiais que deem um melhor suporte. Outro a ser discutido é a periodicidade das atividades, por que devemos esperar tantos meses e escolher apenas um para refletirmos sobre as questões raciais no país? Somos diferentes porque somos diversos, as culturas, histórias devem ser respeitadas, a igualdade deve ser vista como inclusão de diferenças. Nossos planejamentos devem ser feitos de forma coletiva para que todo o grupo reconheça que o racismo está por todos os lugares, inclusive dentro da sala de aula da Educação Infantil.

Diante dos fatos, pudemos observar que a prática docente sem a inclusão das relações étnico raciais não será suficiente para promover o respeito e valorização da cultura afro-brasileira, ela precisa ser construída dia a dia. Apesar da importância do tema, entendemos a partir das análises até aqui desenvolvidas, que o estudo sobre a diversidade étnico-racial na escola precisa de continuidade e articulação. Embora saibam a importância de trabalhar o respeito racial na sala de aula, este ainda é um assunto permeado pelo tabu e pelo preconceito, para que isso deixe de acontecer, é necessário que as relações étnico-raciais sejam encaradas cotidianamente no processo pedagógico. Quanto mais as crianças tiverem contato com informações, histórias, materiais, e até mesmo a representatividade em painéis em sala de aula, mais cedo poderão compreender, respeitar e valorizar toda a história e riqueza que os povos negros trazem consigo.

Diante disso, realçamos a necessidade de uma prática que envolva e inclua a todas as crianças, por meio de ações, atividade, diálogo, recursos didáticos, tudo que compõe o ambiente

e corpo escola, assim promovendo uma educação antirracista, de forma que não só o combata, mas que o previna por meio de ações. Assim concluímos que os professores da Educação Infantil precisam considerar as questões raciais em suas práticas docentes, começando desde cedo a desconstrução de ideias e conceitos etnocêntricos e colonizadores. Se comprometendo a educar na diferença, ressaltando e valorizando as suas raízes, e não somente no dia da consciência negra. Perceber a criança como ser em construção que pode repetir condutas preconceituosas, e promover uma educação antirracista, não o punindo, mas lhe mostrando o quanto a população negra foi e é importante para a construção da nossa cultura.

Ao fim da pesquisa e de analisarmos os dados coletados, afirmamos que é necessário um maior compromisso com a proposta de educação étnico-racial, na escola e na formação docente. É uma temática necessária que cada vez mais tornar-se mais forte, tanto pelo que significa, para um país multiétnico, como para uma formação baseada no reconhecimento dessa pluralidade, quanto por constatar que o tema, na Educação Infantil, é necessário e que os resultados atendem à questões humanitárias.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. L. (2018). **O que é racismo estrutural?** (Coleção Feminismos Plurais). Letramento.

BARBARA, Vanessa. **Brasileiros continuam a viver em negação sobre peso do racismo na sociedade.** UOL,2015. Disponível em:<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/theinternational-new-york-times/2015/03/24/em-negacao-sobre-o-racismo-no-brasil.htm>. Acesso em: 05 de jul de 2022.

BARBOSA, Lucia Maria de Assunção; CRUZ, Ana Cristina Juvenal da; RODRIGUES, Tatiane Cosentino; TONELLI, Fernanda; MARANHÃO, Fabiano; BEDANI, Vanessa Mantovani; MENDES, Benedita da Guia Ferreira. **Relações étnico-raciais em contexto escolar: fundamentos, representações e ações** / organizadora: Lucia Maria de AssunçãoBarbosa. -- São Carlos: EdUFSCar, 2011.72 p. -- (Coleção UAB-UFSCar)

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para educação infantil** / Secretaria da educação básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) acesso em: 05 de maio de 2022.

BRASIL. Lei nº 12.288/2010. **Institui o Estatuto da Igualdade Racial.** Brasília,DF:

Presidência da república, 2010. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm) acesso em: 06 de maio de 2022.

BRASIL. Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.**, Brasília,DF, Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112711](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711) Acesso:06 de outubro de 2022.

CAVALLEIRO E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil.** São Paulo: Contexto, 2000. Disponível em:

<https://pt.scribd.com/document/212430153/Do-silencio-do-Lar-ao-silencio-Escolar#download> . acesso em: 07 de julho de 2022.

CERQUEIRA, Valdimariana Santos. **A construção da auto-estima da criança negra no cotidiano escolar.** In: OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha.

COSTA, Bruno Marcelo de Souza et al. **Práticas pedagógicas: arte/ educação infantil na perspectiva étnico-racial**. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 12, n. 33, p. 134-159, ago. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1006> . Acesso em: 22 de set. de 2022.

DIAS, Stefany Rosa. **A Relação Étnico Racial na Educação Infantil**. Brasília, 2015. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14478/1/2015\\_StefanyRosaDias\\_tcc.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14478/1/2015_StefanyRosaDias_tcc.pdf). Acesso em: 21 de julho 2022.

FERREIRA, R. F. (2002). **O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afrodescendente**. Psicologia & Sociedade, 14(1), 69-86.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ª ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GOMES, Nilma Lino. "Educação e Diversidade Étnico cultural" In: RAMOS, ADÃO, BARROS (coordenadores). **Diversidade na Educação: Reflexões e experiências**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica/MEC, 2003.

GONÇALVES, Beatriz e . PINTO, Regina Pahim (Orgs). **Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas**. São Paulo: ANPed/Ação Educativa, 2005. P. 107114.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisa: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GONZALEZ, Mariana. **Mulher denuncia racismo em loja em São Paulo** .UOL, 2019.

Disponível em:

<https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2019/11/04/mulherdenuncia-racismo-em-loja-de-roupas-em-sp.htm?fbclid=IwAR2eLmqMU6XHGLcyV7u4cu1VtCLFlyYuHrjtzrNQ5cKda4gipNKICWTkJ0>. Acesso em: 06 de jul de 2022.

HENRIQUES, Ricardo. **Orientações e Ações para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais**. Brasília: SEDAC 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes\\_eticoraciais.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/orientacoes_eticoraciais.pdf). Acesso em: 18 de julho de 2022.

LEAL, Mariele Ferreira. **Do Legal ao real: A abordagem das políticas étnico-raciais na formação continuada de professoras(es) da Educação Infantil**. 2017. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. Disponível em: < [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15514/DIS\\_PPGPPGE\\_2017\\_LEAL\\_MARIELE.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15514/DIS_PPGPPGE_2017_LEAL_MARIELE.pdf?sequence=1&isAllowed=y) acesso em: 22 de set. de 2022.

LIMA, M.B. **Práticas cotidianas e identidades étnicas: Um estudo no contexto escolar**.

Tese de doutorado em Educação. Rio de Janeiro: PUC-Rio 2006.

<https://grupoinfoc.com.br/publicacoes/doutorado/d15.pdf> . Acesso em 12 de setembro de 2022.

MARTINS, Leonardo Brito. **As políticas educacionais direcionadas à população negra.**

Ensino em Perspectivas, Fortaleza, v. 2, n. 3, p. 1-122021. Acesso em: 06 de outubro de 2022.

NUNES, Ranchimit Batista. **História da educação brasileira: o negro no processo de constituição e expansão escolar.** Disponível em:

<https://www.fe.ufg.br/nedesc/cmv/controle/DocumentoControle.php?oper=download&cod=1001#:~:text=A%20partir%20da%20d%C3%A9cada%20de,tend%C3%Aancia%20progressiva%20na%20educa%C3%A7%C3%A3o%20brasileira>. Acesso em: 06 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso. **Racismo, direitos e cidadania.**2004. disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100009> acesso em: 20 de julho de 2022.

PINHONI, Marina. **Mãe denuncia caso de racismo contra filho de 3 anos fantasiado de macaco em escola municipal de SP.** G1, 2022. Disponível em:

<https://g1.globo.com/sp/saopaulo/noticia/2022/06/03/mae-denuncia-caso-de-racismo-contra-filho-de-3-anos-fantasiadode-macaco-em-escola-municipal-de-sp.ghtml>. Acesso em: 06 de julho de 2022.

PORFÍRIO, Francisco. Democracia racial. **Brasil Escola.** Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/historia/democracia-racial.htm> acesso em: 05 de maio de 2022.

SANTOS, Ana Paula. **Estudante é vítima de racismo em troca de mensagens de alunos de escola particular da Zona Sul do Rio.** G1,2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/riode-janeiro/noticia/2020/05/20/estudante-e-vitima-de-racismo-em-troca-de-mensagens-de-alunos-de-escola-particular-da-zona-sul-do-rio.ghtml>.

Acesso em: 06 de julho de 2022.

SIROTA, R. (org.). *Éléments pour une sociologie de l'enfance*. Paris: PUR, 2006. SOUZA, Y. C. de. **Crianças negras: deixei meu coração embaixo da carteira.** Porto Alegre: Mediação, 2002.

SILVA, Maria Lucia. **Como a vivência cotidiana do racismo pode se converter em traumas.**

Entrevista concedida a Paulo Henrique Pompermaier. Cult, UOL, agosto, 2017. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/como-a-vivencia-cotidiana-do-racismo-pode-produzir-traumas/> . acesso em: 27 de julho de 2022.

SILVA, Rafael Pereira. **Trauma Cultural e sofrimento social: Do banzo às consequências psíquicas do racismo para o negro.**

[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488493521\\_ARQUIVO\\_Traumassocialesofreimentocultural.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1488493521_ARQUIVO_Traumassocialesofreimentocultural.pdf) Acesso em: 18 de agosto de 2022.

SOUZA et.al. **Relações étnico-raciais na educação infantil: Fundamentos, representações e ações.** Disponível em:

[https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/15077/1/TCC\\_Rel%C3%A7%C3%B5es\\_%C3%89tnico\\_raciais\\_na\\_educa%C3%A7%C3%A3o\\_infantil.pdf](https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/15077/1/TCC_Rel%C3%A7%C3%B5es_%C3%89tnico_raciais_na_educa%C3%A7%C3%A3o_infantil.pdf) acesso em: 22 de set. de 2022.

TUMELERO, Naína . **Um guia rápido sobre metodologia da pesquisa.** Blog da Metzger. Disponível em: <https://blog.metzger.com/metodologia-de-pesquisa/> acesso em: 22 de set. de 2022.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva.** Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPPsegundo-Ilma-Passos.pdf> acesso em: 22 de setembro de 2002.

## APÊNDICE



## COLETÂNEA DE MATERIAIS PARA DISCUTIR QUESTÕES ÉTNICOS- RACIAIS NA ESCOLA

### FILMES

#### 1-Dudu e o Lápis Cor da Pele, Miguel Rodrigues

O curta produzido pelos brasileiros Miguel Rodrigues e Cleber Marques ganhou o prêmio de “Best Narrative Short Film Award” no London Arthouse Film Festival. O filme relata a história de Dudu, um menino negro de 7 anos que, após ouvir a sua professora de artes usar o termo “lápis cor da pele” durante uma aula de artes, fica confuso pois a cor da sua pele não condiz com a do lápis. Dudu passa a carregar o lápis, procurando por alguém que se enquadraria nesse padrão de cor de pele e tentando entender a sua própria identidade.



Link para acesso: [https://youtu.be/-VGpB\\_8b77U](https://youtu.be/-VGpB_8b77U)

#### 2. ANA, Vitória Felipe dos Santos

Mais um curta metragem brasileiro, “ANA”, retrata a história de Ana, uma menina negra que não se reconhece como negra, e Jeannette, professora refugiada que sente dificuldades em se adaptar ao Brasil. Vítimas de racismo e preconceito, elas descobrem juntas um modo de transformar a si mesmas.



Link para acesso: <https://youtu.be/MO1f8n3gMG8>

### 3. Nação TVE

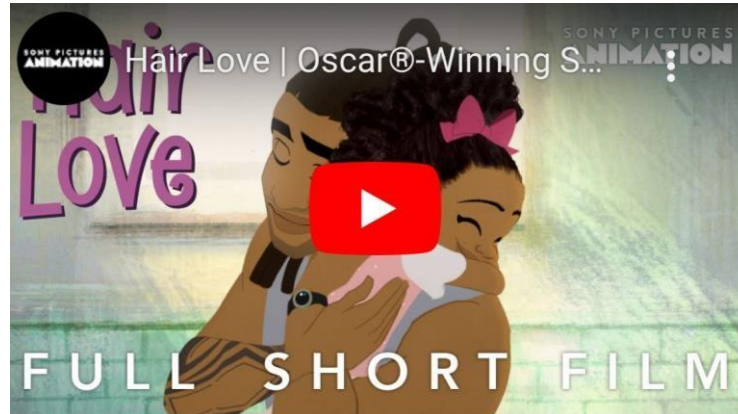
O Nação TVE é um programa semanal de TV produzido pela emissora pública do Rio Grande do Sul (TVE) e transmitido em rede nacional pela TV Brasil. Focado no protagonismo negro, o Nação aborda temas relacionados à história, à cultura e à diáspora africana. O episódio abaixo, especificamente, mostra a importância da formação étnica das crianças negras e como a representatividade influencia no empoderamento delas.



Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=vuyzxnQnWAQ&t=6s>

### 4. Hair love

Hair Love é um filme sobre o cabelo crespo, afeto e autoestima. Lançado em 2019, foi o grande vencedor do Oscar na categoria melhor curta-metragem de animação, em 2020. O filme conta a história de uma família negra que mora nos Estados Unidos e se vê enfrentando problemas quando percebe que a garotinha Zuri anda insatisfeita com o próprio cabelo. O pai da criança acaba assumindo a responsabilidade de reconstruir a autoestima de Zuri e conta com a ajuda de pentes, cremes, muita criatividade, alguns grampos e uma dose de amor para mostrar a filha o quanto o cabelo crespo é lindo.

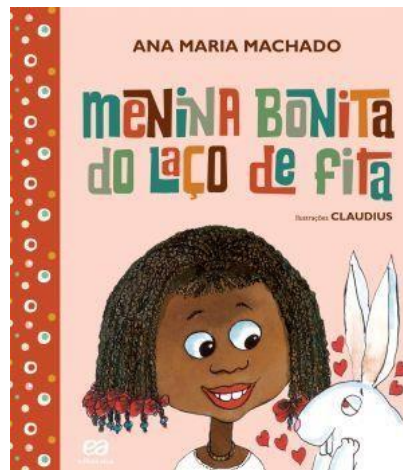


Link para acesso: [https://youtu.be/kNw8V\\_Fkw28](https://youtu.be/kNw8V_Fkw28)

## LIVROS

### 1- Menina bonita do laço de fita

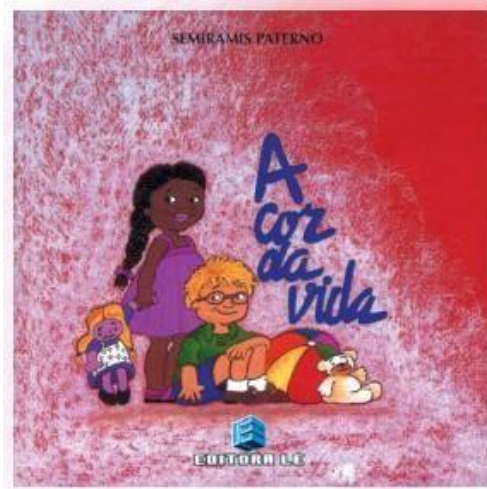
Texto de Ana Maria Machado e Ilustrações de Claudius. Traz uma linda história de valorização da beleza negra, onde um coelho branquinho queria casar-se e ter uma filha “bem pretinha”. Durante a obra, o coelho tenta descobrir o segredo para conquistar o seu tão sonhado desejo.



### 2- A Cor da vida.

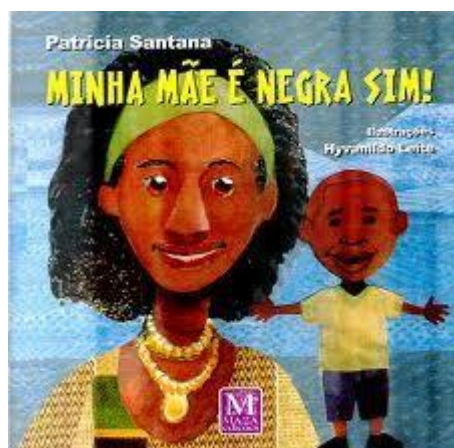
Texto de Semíramis Paterno. É um livro ilustrativo que trabalha a diferença ao contar a história de duas crianças que se conhecem e ficam amigos quando passeiam com suas mães. Elas se olham e brincam, se distanciando do local onde estavam. Quando as mães percebem o desaparecimento dos filhos, ficam enraivecidas e saem correndo em busca dos dois. Mas, uma

surpresa as aguarda. Por meio de um jogo poético com as cores, duas crianças mostram para suas mães que a luta pela igualdade não significa apagar as diferenças.



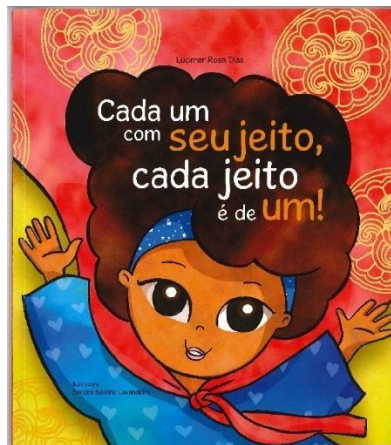
### 3. Minha mãe é negra sim!

Texto de Patrícia Santana e ilustrações de Hyvanildo Leite. Conta a história do menino Eno, que se vê às voltas com o racismo na escola e sofre com o dilema de ter que retratar sua mãe negra, em uma atividade escolar. O garoto Eno é levado a se perguntar pela sua origem. Negro, ele percebe o preconceito da professora que sugere que Eno pinte o desenho da mãe, negra, de amarelo por ser uma cor mais bonita. Não pode haver tristeza maior para o seu coração. A mãe, que ele tanto amava e era tão linda! E a professora era professora, afinal tão difícil era contestá-la. Mesmo triste Eno procura saber no dicionário uma explicação para o preconceito. O dicionário não ajudou e ele seguia triste até que o avô tem uma conversa decisiva com ele. E mais do que conversa, aconchegou-o com todo amor.



#### 4. Cada um com seu jeito, cada jeito é de um!

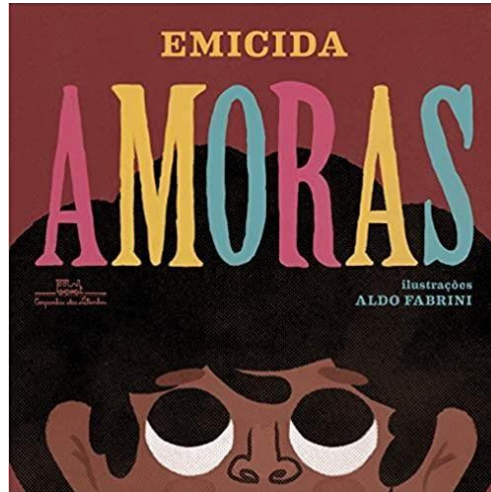
Texto de Lucimar Rosa Dias e ilustrações de Sandra Beatriz Lavandeira. O livro infantil conta a história de Luanda, uma menina negra muito sapeca e vaidosa, que adora o seu cabelo crespo onde envolve todas da família nos diversos penteados que inventa para desfilarem sempre linda na escola. Foi seu pai quem escolheu esse nome para ela por acreditar que ela seria tão linda quanto à cidade africana que ele conheceu quando era jovem. A leitura promove o reconhecimento e a valorização das diferenças e das características pessoais que fazem de cada indivíduo um ser único e que deve se amar do jeitinho que é.



#### 5. Amoras

Texto de Emicida e ilustrações de Aldo Fabrini. O livro Amoras, baseado na música, traz trechos como: “Que a doçura das frutinhas sabor acalanto fez a criança sozinha alcançar a conclusão papai que bom, porque eu sou pretinha também”. É a partir desse rap que um dos artistas brasileiros mais influentes da atualidade cria seu primeiro livro infantil e mostra, a importância de nos reconhecermos no mundo e nos orgulharmos de quem somos desde criança e para sempre.





## MÚSICAS

### 1-Black black

Música infantil de respeito às diferenças e diversidade. Composta por Érica Maria e Dany Danielle e cantada por Kataryna Keilla.

Black, Black, Black

É minha cor

É meu cabelo

É o meu jeito Black, Black

É meu sorriso

Black, Black

Me aceite como sou

Me veja como sou respeite a minha



Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=O9tp2lmWC-M>

### 2- Cor da pele

Eu sou diferente igualzinho a você

Chegue mais perto você vai perceber  
Cores diferentes, mas muito parecidos E  
essa mistura torna tudo divertido.

Minha pele é escura, a sua é bem clarinha  
Aquele é índio, a outra é ruivinha  
Outro parece até que é amarelo  
E essa mistura é que torna tudo belo.  
Não é a cor da pele que define o coração  
Deus é o nosso Pai, então somos todos irmãos.

Não importa a tribo, a cor, a raça e o que pensam não nessa  
aquarela da vida somos todos irmãos.

Eu sou diferente igualzinho a você  
Chegue mais perto você vai perceber  
Cores diferentes, mas muito parecidos E  
essa mistura torna tudo divertido.

Minha pele é escura, a sua é bem clarinha  
Aquele é índio, a outra é ruivinha  
Outro parece até que é amarelo  
E essa mistura é que torna tudo belo.

Não é a cor da pele que define o coração  
Deus é o nosso Pai, então somos todos irmãos.

Não importa a tribo, a cor, a raça e o que pensam não nessa  
aquarela da vida somos todos irmãos.

Eu sou diferente igualzinho a você.



Link para acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=u3Yvyurymac>

### 3- **Normal é Ser Diferente** (Jair Oliveira)

Tão legal, ó minha gente!  
 Perceber que é mais feliz quem compreende  
 Que a amizade não vê cor, nem continente  
 E o normal está nas coisas diferentes

Amigo tem de toda cor, de toda raça  
 Toda crença, toda graça  
 Amigo é de qualquer lugar  
 Tem gente alta, baixa, gorda, magra  
 Mas o que me agrada é  
 Que o amigo a gente acolhe sem pensar

Pode ser igualzinho à gente  
 Ou muito diferente  
 Todos têm o que aprender e o que ensinar  
 Seja careca ou cabeludo  
 Ou mesmo de outro mundo!  
 Todo mundo tem direito de viver e sonhar

Você não é igual a mim  
 E eu não sou igual a você  
 Mas nada disso importa



Pois a gente se gosta  
E é sempre assim que deve ser.



Link para acesso: [https://www.youtube.com/watch?v=oueAfq\\_XJrg](https://www.youtube.com/watch?v=oueAfq_XJrg)

## QUESTIONÁRIO

1. Na elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) foram consideradas as questões étnicas- raciais? De que forma?

---

---

---

2. Na Educação Infantil são desenvolvidas atividades relacionadas às questões étnico raciais?

Se SIM, responda:

2.1 Que atividades foram realizadas?

( ) Filmes/vídeos

( ) Livros infantis

( ) Livro didático

( ) Teatro

( ) Música

Outro: \_\_\_\_\_

---

---

---

2.2. Qual a frequência das atividades relacionadas às temáticas:

( ) Semanalmente

( ) Mensalmente

( ) Semestralmente

---

---

---

3. Durante a realização da atividade, você identificou alguma dificuldade em abordar a temática étnico racial, na escola?

( ) Sim

( ) Não

---

---

---